



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS

ACÓRDÃO Nº: 625/2007  
PROCESSO: 2006/6830/500264  
RECURSO VOLUNTÁRIO: 6781  
RECORRENTE: MARCO ANTONIO CICCARELLI FERREIRA DE FREITAS  
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
INSC ESTADUAL: 29.379.172-4

**EMENTA:** Estabelecimento pecuário. Verificação da movimentação física dos animais. Incoerência entre as nomenclaturas utilizadas pelos documentos fiscais de entradas, saídas e inventários. Imprescindibilidade da mudança de faixa etária dos animais e contagem de nascimentos e mortes. Improriedade do método de auditoria utilizado. Lançamento improcedente.

**DECISÃO:** O contribuinte foi autuado em três contextos, no campo 4.1 por deixar de recolher ICMS na importância de R\$ 327,63 (Trezentos e vinte sete reais e sessenta e três centavos), referente à omissão de saídas de 13 animais bovinos da categoria bezerros de 13 a 18 meses no período de 01/01/2005 a 20/09/2005, conforme constatado por meio de levantamento específico de gado, no campo 5.1 em multa formal no valor de R\$ 14.497,50 (Quatorze mil quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), por deixar de emitir nota fiscal de entrada de 233 vacas magras, e doze bois magros no período de 01/01/2005 a 20/09/2005, conforme constatado por meio do Levantamento Específico de Gado, no campo 6.1 em multa formal na importância de R\$ 4.140,00 (Quatro mil cento e quarenta reais), por deixar de emitir notas fiscais de saídas de mercadorias isentas, sendo 12 (Doze) touros registrados, conforme constatado por meio do Levantamento Específico de Gado no período de 01/01/2005 a 20/09/2005.

**CONS. RELATOR:** João Gabriel Spicker.

**VOTO:** O autuado foi intimado, apresentou impugnação tempestiva.

A julgadora de primeira instância conhece da impugnação e nega-lhe provimento e julga o auto de infração procedente.

O sujeito passivo intimado da sentença prolatada em primeira instância, apresentou recurso voluntário tempestivo, argüiu preliminar de cerceamento ao direito de defesa alegando que em toda a estrutura funcional da Secretária da Fazenda segue-se a mesma forma harmoniosa de proceder, mas que somente na Delegacia da Receita Estadual em Alvorada se exige o levantamento específico do rebanho, para a baixa do CCI de produtor rural, mesmo sendo o contribuinte,



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS

pessoa física não optante pela escrituração e emissão de documentos fiscais. Alega também que não foi intimado com oportunidade de se defender ou quitar seu débito sem acréscimos no prazo de cinco dias conforme determina o Art. 93 do RICMS, aprovado pelo decreto 462/97.

No mérito, argüiu ser desnecessário qualquer argumentação, já que o auto de infração aqui discutido ficou completamente sem sentido. Porem argumenta: O levantamento específico de gado trabalha com as seguintes especificações: Estoque inicial; entradas; produção; mudança de era; saídas; perdas; estoque final; resumo da movimentação do rebanho e inventário de gado e trancamento de estoque. Questiona como é possível o fisco determinar que o recorrente desse mais saídas de bovinos do que tinha em estoque, sem apresentar as respectivas notas fiscais de produtor, comprovando sua emissão com a assinatura do contribuinte.

Argumenta que se deve observar o art. 35 inciso. IV que diz: “Contem em anexo todos os demonstrativos do crédito tributário e os documentos comprobatórios dos fatos em que se fundamentar”. Cita que é complicadíssimo de se entender esse levantamento, principalmente porque mistura as informações prestadas pelo contribuinte com as suposições do lançador.

Diante do exposto, não há como prosperar os efeitos desta autuação, à luz do direito pede a recorrente, que se de acolhimento a suas razões para considerar o auto de infração improcedente, por estar completamente destituído de fundamentação legal.

A Representação Fazendária se manifesta recomendando a manutenção da decisão prolatada em primeira instância e julgar procedente o auto de infração.

Tem-se tornado rotina a ocorrência de procedimentos de auditoria fiscal em operações com bovinos na região pelos agentes do fisco, localizados na referida Delegacia Regional. Vários processos foram nulificados, tendo em vista a incompetência dos agentes fiscais para a lavratura do auto de infração por estarem acima do limite do faturamento para microempresas e empresas de pequeno porte.

Entretanto, relevante se torna breves comentários sobre estas operações para que as partes e o público externo (contribuintes) tomem conhecimento da legislação tributária aplicada nestes casos.



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS

O procedimento fiscal realizado, tem-se baseado num levantamento específico de gado, onde consta o levantamento específico de gado (conclusão e contagem física), vê-se bezerras (os) até um ano, tudo bem, pois ainda podemos assim considerar. Porém bezerras de 13 a 18 meses, seria uma novilha ou mesmo uma vaca ou um boi. Também, outra falha no levantamento embaixador do procedimento, é a figura do garrote, por essa ótica seria de 19 à 24 meses. No procedimento realizado pelos agentes do fisco, utilizam inventário, onde foi suprimida uma faixa etária.

Impossível a realização do levantamento quando as operações de entradas, saídas, mudanças de faixa etária ou estoques utilizarem nomenclaturas diferentes. De outra modo cada agente teria uma forma leiga de interpretar esta ou aquela definição veterinária, o que afastaria a impessoalidade do trabalho de lançamento do crédito tributário.

O problema consiste em que as notas fiscais são emitidas por conceitos a partir da pauta, onde constam nomenclaturas em excesso, induzindo o agente do fisco, mui subjetivamente escolher em que faixa etária irá incluir o que supostamente entende por novilha, vaca, garrote, tourinho. Essa pauta tão diversificada foi uma herança dos tempos anteriores a divisão do Estado ocorrida em 1988 o que nos leva a verificar o quanto a mesma encontra-se defasada.

Nos procedimentos fiscais realizados até o momento, percebemos uma grande dificuldade quando da efetivação de mudança de era destes bovinos, não se consegue chegar com precisão aos itens corretamente. Também não é possível se precisar com eficácia a natalidade e a mortalidade ocorrida.

Outro fator preocupante é a utilização por agentes do fisco, dos estoques efetuados para atender as exigências da ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, que tem o intuito de controlar vacinação dos bovinos e interesses diversos, sendo os mesmos realizados no período de maio e novembro do ano civil, o qual difere do utilizado pelas auditorias fiscais. E muitas vezes ainda utiliza-se desses inventários para apresentação inventários falsos.

Existe o problema da movimentação do rebanho de um estabelecimento para outro limítrofe, em alguns casos alcançando dois municípios e até outro estados.



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS

No momento do trancamento de estoque. Qual foi o estoque contado? O visto nos currais? Os buscados nos pastos? O contribuinte foi avisado para buscá-los? a fiscalização os buscou? O contribuinte foi intimado para mostrá-los?

Eventual contagem dos estoques, entendo, devem atender às peculiaridades do estabelecimento, se de manejo extensivo, semi extensivo ou simplesmente a pasto. Em qualquer circunstância deve ser acompanhado pelo proprietário ou representante autorizado e realizado em data previamente fixada, tudo para que transmita a certeza de abrangência total do rebanho.

Devem constar, obrigatoriamente da contagem dos animais, obedecidas as faixas etárias utilizadas para emissão de notas fiscais, tanto de entradas quanto de saídas e dos estoques inicial e final, os nascimentos, perdas, abates para consumo do estabelecimento, as mudanças de faixa etária, as fugas e eventuais roubos e o reconhecimento expresso, pelo proprietário ou representante autorizado, de que a contagem abrange a totalidade dos animais existentes no estabelecimento.

Realizado o levantamento, a eventual diferença é informação que não pode ser consideradas absoluta e objetivamente como irregularidade fiscal, porque fatos econômicos como nascimentos, mortes, fugas e roubos em muitos caso não são possíveis de serem detectados de imediato.

Um comparativo entre os resultados da auditoria e os assentamentos da ADAPEC, quanto aos estoques à época das campanhas de vacinação contra aftosa e com as aquisições de outras vacinas não controladas, será indicativo de confirmação ou não da existência de ilícito.

Acrescente-se que a falta de acompanhamento das ações da ADAPEC e a impossibilidade de emissão de notas fiscais a partir da GTAs, com diversos remetentes e ou destinatários no mesmo documento, são situações que dificultam a correta emissão de documentos fiscais para o setor da pecuária e, conseqüentemente, para a fragilização dos processos de auditoria.

Em tese, todas as operações internas com bovinos são isentas. Sendo somente operação tributada no momento em que se destina ao abate, cujo fato gerador ocorre no momento da entrada no estabelecimento abatedor.

Todo o serviço de transporte interno de gado vivo é isento do imposto, portanto não se pode presumir que seja transporte para abate ou operação



ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS

interestadual, é necessário prova inequívoca desta operação para que se justifique a tributação.

Diante do exposto que dos autos constam, no mérito, por unanimidade, conheço do recurso e dou-lhe provimento para, reformando a decisão de primeira instância, julgar improcedente o auto de infração nº.2006/002158 absolvendo o sujeito passivo da imputação dos valores de R\$ 327,63 (Trezentos e vinte sete reais e sessenta e tres centavos), R\$ 14.497,50 (Quatorze mil quatrocentos e noventa e sete reais e cinqüenta centavos) R\$ 4.140,00 (Quatro mil cento e quarenta reais) referentes aos contextos 4.1, 5.1 e 6.1 respectivamente.

É o voto.

PLENÁRIO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTE E RECURSOS FISCAIS, aos  
dias do mês de de 2007.

Presidente

Cons. Relator

Representante Fazendário